

US\$ 10 BILHÕES, O PREÇO DA MAMATA.

JORNAL DA TARDE

8 JUN 1988

Essa a quantia, segundo o ministro Mailson da Nóbrega, que vai custar ao País a possível anistia às micros e pequenas empresas.

O ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega fez as contas e chegou à conclusão de que o perdão da correção monetária para pequenos e microempresários e pequenos e médios produtores rurais vai custar 10 bilhões de dólares, ou Cz\$ 1,6 trilhão. É uma quantia tão grande que equivale ao valor total da moeda em circulação no País. O ministro fez questão de mostrar esses dados aos 23 constituintes que foram discutir o problema com ele, ontem cedo, em Brasília.

Os argumentos do ministro não sensibilizaram muito os autores das emendas às Disposições Transitórias da Constituição que cancelam a correção, o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e os deputados federais mineiros Humberto Souto (PFL) e Ziza Valadares (PMDB). "A conta do ministro sobe a um milhão de dólares por dia", estranhou Mansueto, lembrando que há duas semanas Mailson falava em 1 ou 2 bilhões de dólares de custo. Pelas contas

do senador pernambucano, o perdão da correção monetária significa um custo de Cz\$ 183 bilhões, ou cerca de 1 bilhão de dólares.

Com tanta diferença de números, a reunião acabou não chegando a acordo algum, resultando apenas na criação de um grupo de trabalho para tentar achar, com a máxima urgência, uma solução de consenso. Mas o ministro não perdeu tempo, indo depois direto ao gabinete do presidente em exercício, Ulysses Guimarães, para mostrar seus cálculos ao deputado, que também é presidente da Constituinte. Segundo assessores, Ulysses admitiu a gravidade da situação.

Guerra de Lobbies

Com ou sem acordo, o fato é que a anistia da correção monetária para empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado pode gerar uma verdadeira guerra de lobbies na Constituinte, bem maior

Veja o que pensam estes tributaristas.

De uma forma geral, tributaristas e advogados criticam a possibilidade de extinção da correção monetária para o débito contraído por agricultores e pequenos empresários durante o Plano Cruzado. Para Aires Barreto, professor de direito tributário na PUC de São Paulo, trata-se de "um prêmio para quem não paga e um castigo aos que pagam".

Barreto lembrou que dizer que esses dois segmentos enfrentaram dificuldades financeiras num determinado período significa atentar contra o direito de igualdade, argumentando que "os efeitos dos problemas econômicos recaíram sobre todos". Ele conclui que, se a emenda propondo a anistia for aprovada, será criado um ciclo vicioso, em que o mau pagador sempre estará à espera de algum benefício que ele sabe que virá.

O advogado Délcio Astolpho, um

dos sócios da KPMG Peat Marwick Dreyfus, auditoria e consultoria, vê um grande risco nesta emenda, explicando que, se ela não definir com clareza os limites do benefício, poderá abrir um precedente para que outros segmentos reivindiquem o mesmo privilégio, aumentando indefinidamente o prejuízo das instituições financeiras.

"Em termos de conteúdo, a emenda é tão absurda quanto a que fixou os juros em 12% ao ano. Isso não é assunto para ser tratado a nível de Constituição. Infelizmente, apenas faz parte de todo o processo que está costurando uma verdadeira colcha de retalhos, chamada Constituição", afirma Astolpho. O advogado acredita que o assunto não merece destaque da imprensa, "pois não passa de mais uma jogada política de alguém interessado apenas em aparecer".

do que os que já foram vistos até agora. A União Democrática Ruralista (UDR) promete muita munição para este combate, a princípio marcado para a semana que vem, quando deve entrar em votação as emendas que tratam do assunto.

O presidente da UDR, Roosevelt Roque dos Santos, diz que a entidade não deseja o perdão total das dívidas, querendo apenas a extinção da correção monetária, sob a alegação de que é ilegal. "Em 65, ao votar a lei 4.829, que regula os empréstimos para o setor agrícola, o Congresso rejeitou o dispositivo que permitia que os empréstimos sofressem atualização monetária. Desde 81, por decisão do Conselho Monetário Nacional, no entanto, ela vem sendo cobrada", conta Roque.

Já o presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Bornhausen, ameaça processar o governo

se os bancos forem obrigados a arcar com o perdão. Ele argumenta que o "crédito é uma propriedade e, se o governo não arcar com o perdão, será um confisco. Ganharemos com certeza na Justiça", acredita o banqueiro. Para o vice-presidente da Confederação Nacional dos Micro e Pequenos Empresários, Valdemar Peixoto de Carvalho, que já está em Brasília para engordar o lobby favorável à anistia, "tudo é uma questão de justiça". Dona Rosângela Lisboa da Silva, de Rondônia, por exemplo, pegou Cz\$ 346 mil num banco para cuidar do seu armário, em 86. Ela já pagou Cz\$ 156 mil e ainda deve Cz\$ 2,2 milhões. Não fatura nem Cz\$ 100 mil por mês, "enquanto a dívida cresce numa progressão quatro vezes maior", conta. Valdemar diz que só não está na mesma situação porque não acreditou no Plano Cruzado: "Esmola quando é grande, o cego desconfia", lembrando que o crédito era bastante facilitado naquela época.

Também quero

Por que só para alguns privilegiados? Estes cidadãos também querem ser contemplados com a anistia.



Osvaldo Alves

Dono de dois salões de beleza, Osvaldo gostaria de saber como fica a situação de gente que, como ele, já pagou as dívidas. "É uma injustiça para quem se sacrificou", afirma.



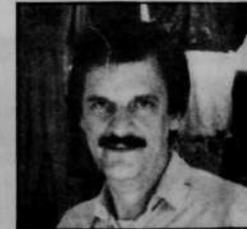
Manoel Gonçalves

O sócio da loja de discos e fitas Gira Som, com dívidas atrasadas há meses por causa da inflação do cruzado, acha ótimo perdoar dívidas dos outros microempresários. "Mas quero entrar nessa mamata também".



Maurício Weissburt

"Sou contra a anistia, mas acho que o governo deve sugerir uma outra forma de ajuda às vítimas do Plano Cruzado." Como comerciante, ele não aceita que os impostos subam de forma alguma.



Plácido Barrionovo

"Se o governo assumir isso, vai acabar repassando pra gente", reclama o dono da Baby Look Confecções, na rua Oriente. "E eu me sentiria prejudicado, pois não estou incluído nessa mamata".



Décio de Oliveira

"É injusto" diz o proprietário da Borracharia Barra Funda, pois quem fez o empréstimo e não vai pagar ampliou seu negócio às custas dos outros. "Assim, até eu", desafia o horracheiro.



Jorge Choucaira

Este comerciante de antiguidades vê na medida uma grande marmelada. "Todos querem a livre iniciativa, menos na hora de pagar. Ai acaba sobrando é para o contribuinte, que paga tudo."



Ruth Schiffer

Proprietária há 15 anos da Germon's Moda, na Augusta, a comerciante acha boa a anistia, mesmo porque não dá para pagar com os juros que estão aí. "Mas, e os que já pagaram, vão ficar injustiçados?", pergunta.